

Fratelli tutti: o altíssimo preço do universalismo católico

Leonardo De Chirico



Papa Francisco

Foi definida, com razão, como o “manifesto político” do pontificado do Papa Francisco. De fato, há política e sociologia demais na nova encíclica *Fratelli tutti*, um documento longo — longuíssimo — que se assemelha mais a um livro do que a uma carta. Francisco quer defender a causa da fraternidade universal e da amizade social. Para fazê-lo, fala de fronteiras a eliminar, de desperdícios a evitar, de direitos humanos não suficientemente universais, de globalizações injustas, de pandemias onerosas, de migrantes a acolher, de sociedades abertas, de solidariedade, de direitos dos povos, de intercâmbios, de local e universal, de populismo, de limites da visão política liberal, de governança mundial, de amor político, de reconhecimento do outro, da injustiça da guerra, da abolição da pena de morte. São todos temas “políticos” interessantes que, se não fosse por alguns comentários sobre a parábola do bom samaritano que entremeiam os capítulos, poderiam ter sido escritos por um fórum de sociólogos e agentes humanitários de alguma organização internacional, talvez depois de haverem lido, por exemplo, Edgar Morin e Zygmunt Bauman.

São os temas que o Papa Francisco disseminou em tantos discursos e na sua outra encíclica, *Laudato si'* (2015), sobre o cuidado do meio-ambiente. Não

por acaso, ele próprio é, de longe, o autor mais citado (cerca de 180 vezes), como testemunho da tendência circular do seu pensamento (que precisa se autocitar para consolidar-se) e da “novidade” em relação aos temas tradicionais da doutrina social da Igreja Católica Romana. A visão proposta por *Fratelli tutti* é de uma globalização vista desde Roma (do lado vaticano, além do Tibre), por parte de um papa jesuíta e sul-americano.

É somente no oitavo capítulo (o último) da encíclica que o papa trata do tema da fraternidade com as religiões e que o seu discurso se torna mais “teológico”. Esta seção pode ser considerada uma interpretação, por parte do Papa, do “Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum”, que o próprio Francisco assinara em Abu Dabi com o Grão Imam de Al-Azhar, Ahmad Al-Tayyeb, em 2019. Na realidade, mais do que uma reflexão orgânica, esta seção se assemelha mais a uma miscelânea de citações (ou melhor, de autocitações) que, entrecruzando planos e justapondo questões, acabam por confundir mais do que esclarecer. Parece ser o método jesuíta em ação, tendo em vista o “discernimento” sucessivo: atirar muita poeira no ar, esperando que ela se assente em um cercadinho; lançar na mesa tantas cartas de modo que cada um faça o seu próprio jogo; empilhar tantas palavras de modo que cada um as combine como bem entender.

Não obstante a desordem do discurso, a sua mensagem de fundo é suficientemente clara: somos todos irmãos, porquanto filhos do mesmo Deus. Esta é a verdade teológica do Papa Francisco. O melhor comentário sobre este aspecto da encíclica veio do juiz Mohamed Mahmoud Abdel Salam, que participou da apresentação oficial no Vaticano. Assim disse ele: “Como jovem muçulmano estudioso da xaria (lei) do islã e das suas ciências, encontro-me — com tanto amor e entusiasmo — em concordância com o Papa, e partilho de todas as palavras que escreveu na encíclica. Sigo, com satisfação e esperança, todas as suas propostas, feitas num espírito gentil para o renascimento da fraternidade humana”. Se um muçulmano convicto e sincero partilha de “todas as palavras” do Papa, quer dizer que o escrito é deísta — no máximo, teísta —, mas não biblicamente e trinitariamente cristão.

Quando fala de Deus, ele o faz em termos tão genéricos e gerais que podem se encaixar bem na religião muçulmana, hinduísta, entre outras, e até na maçônica. Como confirmação decisiva disto, *Fratelli tutti* encerra com uma “Oração ao Criador”, que poderia ser usada tanto numa mesquita quanto num templo

maçônico. Depois de remover a “pedra de tropeço” de Jesus Cristo, todos podem voltar-se a uma divindade não tão bem definida para sentir-se “fratelli”: irmãos numa divindade à imagem e semelhança da humanidade, e não irmãos e irmãs com base na obra de Jesus Cristo, morto e ressurreto pelos pecadores. *Fratelli tutti* modificou geneticamente o sentido da fraternidade compreendida biblicamente, transferindo-o à humanidade comum. Ao fazê-lo, perderam-se os limites bíblicos da palavra, substituídos por contornos e conteúdo do tipo pan-religioso. Será que isto é um serviço ao evangelho de Jesus Cristo?

O que diz *Fratelli tutti*?

Segue abaixo uma série de afirmações da encíclica (extraídas do oitavo capítulo), com breve comentário.

Como crentes, pensamos que, sem uma abertura ao Pai de todos, não podem haver [sic] razões sólidas e estáveis para o apelo à fraternidade. Estamos convencidos de que só com esta consciência de filhos que não são órfãos, podemos viver em paz entre nós. Com efeito, a razão, por si só, é capaz de ver a igualdade entre os homens e estabelecer uma convivência cívica entre eles, mas não consegue fundar a fraternidade. (Parágrafo 272)

Para o Papa Francisco, se não partirmos do fato de que somos filhos do mesmo Pai, não poderemos sequer viver civilizadamente uns com os outros. No entanto, a segunda citação (do Papa Bento XVI) diz algo diferente: para Ratzinger, a razão humana permite apreender a igualdade entre os homens e estabelecer uma convivência civilizada. Francisco confundiu a vida civilizada com a fraternidade. É possível viver civilizadamente sem ser irmãos? Para o Papa Bento, sim; para o Papa Francisco, não.

A Igreja valoriza a ação de Deus nas outras religiões e nada rejeita do que, nessas religiões, existe de verdadeiro e santo. Olha com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas que (...) refletem não raramente um raio da verdade que ilumina todos os homens. Todavia, como cristãos, não podemos esconder que, se a música do Evangelho parar de vibrar nas nossas entranhas, perderemos a alegria que brota da compaixão, a ternura que nasce da confiança, a capacidade da reconciliação que encontra a sua fonte no facto de nos sabermos sempre perdoados-enviados. Se a música do Evangelho cessar de repercutir nas nossas casas, nas nossas praças, nos postos de trabalho, na política e na economia, teremos extinguido a melodia que nos desafiava

a lutar pela dignidade de todo o homem e mulher. Outros bebem doutras fontes. Para nós, este manancial de dignidade humana e fraternidade está no Evangelho de Jesus Cristo. Dele brota, para o pensamento cristão e para a ação da Igreja, o primado reservado à relação, ao encontro com o mistério sagrado do outro, à comunhão universal com a humanidade inteira, como vocação de todos. (Par. 277)

Aqui é citado o Vaticano II (*Nostra aetate*, par. 2), mas omite-se a segunda parte do parágrafo do texto conciliar, onde ao menos se faz referência a Jesus, “caminho, verdade e vida”. Esta referência explícita a Cristo foi substituída pela sugestão da “música do Evangelho”, tão insípida que não comporta nenhuma crítica às religiões. Então, é dito que, “para nós” (os católicos), o manancial da dignidade humana está no Evangelho. E para os outros? Será que se deve aceitar a ideia de que haja tantas “fontes” legítimas, todas elas boas e justas?

Buscar a Deus com coração sincero, desde que não o ofusquemos com os nossos interesses ideológicos ou instrumentais, ajuda a reconhecer-nos como companheiros de estrada, verdadeiramente irmãos. (Par. 274)

Buscar a Deus com coração sincero seria a condição para ser verdadeiramente irmãos? Não, biblicamente falando, somos todos criaturas de Deus, independentemente do fato de buscar a Deus ou não. Somos “verdadeiramente” irmãos não se buscamos a Deus, mas se fomos achados por Deus em Jesus Cristo.

Podemos encontrar um bom acordo entre culturas e religiões diferentes; testemunha que as coisas que temos em comum são tantas e tão importantes que é possível individuar uma estrada de convivência serena, ordenada e pacífica, na aceitação das diferenças e na alegria de sermos irmãos porque filhos de um único Deus. (Par. 279)

Aqui, a retórica muito em voga na linguagem ecumênica contemporânea (“são maiores as coisas que unem do que as que dividem”) é transferida para a relação entre as religiões. De novo, a convivência se baseia na fraternidade em um único Deus, e não na possibilidade de conviver civilizadamente enquanto seres humanos.

...o amor de Deus é o mesmo para cada pessoa, seja qual for a religião. E se é um ateu, é o mesmo amor. Quando chegar o último dia e houver a luz suficiente na terra para poder ver as coisas como são, não faltarão surpresas! (Par. 281)

Numa citação de si próprio, o Papa Francisco proclama que o amor de Deus é o mesmo para todos, até para os ateus. A insinuação é que mesmo os ateus serão salvos: esta é a surpresa. Mas será que o evangelho diz isto?

O culto sincero e humilde a Deus leva, não à discriminação, ao ódio e à violência, mas ao respeito pela sacralidade da vida, ao respeito pela dignidade e a liberdade dos outros e a um solícito compromisso em prol do bem-estar de todos. (Par. 283)

Correto, mas muito parcial e, no fundo, desorientador: o culto a Deus não compreende também (e de modo decisivo) o mandamento de anunciar a todos a Jesus Cristo, único caminho, verdade e vida, sem o qual não se tem acesso ao Pai e, portanto, não se está salvo?

O insustentável custo teológico da encíclica

Muita gente — a esmagadora maioria das pessoas — não lerá a longa encíclica *Fratelli tutti* do Papa Francisco. Ouvirá apenas algumas frases ou falas repetidas aqui e ali como slogans. Aquilo, porém, que todos (ou quase todos) reterão está no eficaz *incipit* do documento: *Fratelli tutti*, somos todos irmãos (e irmãs). É uma poderosíssima mensagem universalista e inclusiva que comunica a ideia de que as linhas de demarcação entre crentes ou não, ateus e agnósticos, muçulmanos e cristãos, evangélicos e católicos, são todas tão fluidas e relativas que não desfazem os laços de fraternidade comuns a todos. Já a Revolução Francesa promovera a “fraternidade” como pertença laica à cidadania humana (ao lado da “liberdade” e da “igualdade”), mas agora o Papa a conjuga num sentido teológico. Somos “irmãos” não por sermos cidadãos, mas, sim, filhos do mesmo Deus. Somos todos filhos de Deus e, portanto, irmãos uns dos outros.

Em *Fratelli tutti*, dá-se a compreensível ânsia de moderar os conflitos, superar as injustiças, encerrar as guerras. Tal preocupação é louvável, ainda que, nas análises e nas propostas, há colorações políticas que podem ser legitimamente discutidas. O problema é a chave teológica escolhida para superar as divisões: a declaração de fraternidade humana em nome de uma filiação divina. O Papa usa uma categoria teológica (“todos irmãos por serem todos filhos de Deus”), a fim de criar as condições para um mundo melhor.

Quais seriam as consequências teológicas de tal operação, do ponto de vista evangélico? Aqui vão algumas. Acima de tudo, *Fratelli tutti* suscita uma questão

soteriológica. Se somos todos irmãos por sermos todos filhos de Deus, quer dizer que todos serão salvos? Toda a encíclica está permeada de uma forte inspiração universalista que inclui os ateus (parágrafo 281). As religiões, em sentido amplo, são sempre invocadas em sentido positivo (parágrafos 277-279), não havendo nenhum aceno a uma crítica bíblica às religiões nem à necessidade do arrependimento e da fé em Jesus Cristo como chave de recepção da salvação. Tudo na encíclica leva a pensar que todos, por serem irmãos, serão salvos. Isto entende quem a lê por completo e não lhe escuta somente alguns slogans.

Em seguida, há uma questão *cristológica*. Mesmo que Jesus Cristo seja citado aqui e ali, as suas reivindicações exclusivas e as suas afirmações “ofensivas” ficam silenciadas. Francisco habilmente apresenta a Jesus Cristo não como a “pedra angular” sobre a qual todo o edifício da vida está em pé ou desmorona, mas como a pedra apenas dos cristãos que o reconhecem. Acima de Jesus Cristo, segundo a encíclica, há um “Deus” que é pai de todos. São filhos deste “Deus” mesmo sem reconhecer a Jesus Cristo como Senhor e Salvador. Jesus fica, então, reduzido ao nível de modelo exemplar dos cristãos somente, ao passo que os demais “irmãos” são, contudo, filhos que prescindem da fé em Cristo.

A esta consequência cristológica se associa um aspecto *eclesiológico*. Se somos todos “irmãos”, há um sentido em que somos todos parte da mesma igreja que reúne os irmãos e as irmãs. Os limites entre humanidade e igreja são estreitados ao ponto que as duas comunidades se tornam coincidentes. A humanidade é a igreja e a igreja é a humanidade. Isto se alinha com a visão sacramental da Igreja Católica que, segundo o Vaticano II, entende-se como o “sinal e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (*Lumen gentium*, par. 1). De acordo com a encíclica, todo o gênero humano adentra a igreja sem passar pela fé em Cristo, mas, sim, com base na filiação divina e na fraternidade humana.

O custo teológico de *Fratelli tutti* é enorme. A mensagem que envia é devastadora, do ponto de vista bíblico. Só a partir do documento papal, a opinião pública dentro e fora da Igreja Católica Romana verá consolidar-se a ideia de que Deus, enfim, salva a todos, que Jesus Cristo é um entre tantos e que a igreja é inclusiva de todos, com base na humanidade comum e partilhada, e não com base no arrependimento e na fé. Este não é o evangelho de Jesus Cristo. Que esta mensagem venha da “cátedra de Pedro” é uma grave responsabilidade que Francisco e a sua igreja assumem diante de Deus.

Após *Fratelli tutti*, será mais difícil dizer que não somos todos irmãos

Após *Fratelli tutti*, a encíclica do Papa Francisco sobre fraternidade universal, será possível ainda evangelizar dizendo que, por causa do pecado, não somos todos irmãos, sem causar nenhum choque e reações particularmente negativas? Se já somos todos irmãos, porquanto filhos do mesmo Deus, quais serão as implicações de longa duração sobre o testemunho evangélico que quer ser fiel não à sensibilidade universalista do “politicamente correto bergogliano”, mas à mensagem bíblica do evangelho de Jesus Cristo?

Depois de ter analisado brevemente a última seção da encíclica (a que apresenta a moldura teológica da fraternidade humana baseada na filiação divina de todos) e depois de ter indicado os seus gigantescos custos teológicos, pode ser útil debreçar-se sobre as projeções imagináveis na prática missionária evangélica e nos desafios que esta deverá enfrentar.

A linguagem inclusiva do “somos todos irmãos” se tornará parte das “estruturas de plausibilidade” da sensibilidade religiosa do mundo contemporâneo. A religião “correta”, qualquer que seja ela, será aquela expurgada do câncer da separação e a serviço da inclusão de todos. Quem não aceitar a retórica do “todos irmãos” será visto como portador de uma cultura religiosa divisiva, violenta, proselitista, sectária. Será percebido como afetado por um preconceito arrogante e altivo que exclui do abraço da fraternidade os que creem de maneira diferente, os agnósticos e os ateus. Será visto como semeador de divisões. Será acusado de elevar a doutrina a arma de conflito. O próprio Papa Francisco disse várias vezes que, se alguém não é “ecumênico” (inclusivo), é “proselitista” (mau). Após *Fratelli tutti*, para os evangélicos, será ainda mais difícil anunciar a mensagem segundo a qual quem não crê em Cristo Jesus foi julgado e está sob o justo juízo de Deus. Será ainda mais árduo dizer, com brandura e coragem, que somente em Jesus Cristo está a salvação.

A trágica ironia deste Papa é que, se, por um lado, apresentou-se como o arauto da retomada da “missão” e da “igreja em saída” (cf. “*Evangelii gaudium*”, 2013), por outro, foi o Papa que, com a sua ambiguidade jesuíta e, agora, com o seu universalismo católico, deixou a autêntica missão cristã mais complicada do que era (não que antes fosse simples). Usou as palavras “missão”, “anúncio”, “igreja missionária”, mas as esvaziou de sentido evangélico, eliminando-lhes o

significado bíblico e preenchendo-as com conteúdo vazio e inócuo. *Fratelli tutti* demonstra que a missão que o Papa Francisco tem em mente não é a pregação do evangelho em palavras e obras, mas a extensão a todos de uma mensagem de fraternidade universal.

Após o Concílio de Trento (1545-1563) e até o Vaticano II (1962-1965), o catolicismo se relacionou com o diferente de si (protestantes, outras religiões, movimentos culturais e sociais) solidamente a partir da sua “romanidade”, conclamando todos a voltarem ao rebanho. Os “irmãos” eram somente os católicos em comunhão com o Papa romano. Os demais eram “pagãos”, “hereges”, “cismáticos”: excluídos da graça sacramental acessível somente mediante o sistema hierárquico da Igreja Católica Romana. Com o Vaticano II, foi a “catolicidade” de Roma que prevaleceu sobre a “romanidade”. Os protestantes se tornaram “irmãos separados”, as demais religiões passaram a ser vistas de modo positivo, as pessoas em geral foram aproximadas como “cristãos anônimos”. Agora, segundo a encíclica de Francisco, somos “todos irmãos”. A dilatação da catolicidade aumentou ainda mais. Do sermos excluídos da “romanidade” de Roma, passamos todos a ser incluídos na “catolicidade” de Roma.

Além de enfrentar os desafios subsequentes para a missão, nesse clima inclusivo e universalista, será que os evangélicos entenderão a dinâmica do catolicismo romano que, dentro da tensão entre os polos da romanidade e da catolicidade, caminha para ser o “sinal e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (*Lumen gentium*, par. 1)? Será que entenderemos que o ecumenismo católico está dentro de um projeto ainda maior que abarca a tudo e a todos, de modo que toda a catolicidade do mundo seja *cum et sub Petro* (com e sob o centro romano)?

Publicado originalmente como “[Fratelli tutti’: il prezzo altissimo dell’universalismo cattolico](#)” (9 de outubro de 2020).

Tradução: Djair Dias Filho



Leonardo De Chirico

Sobre o autor

Nascido em Mântua, na Lombardia, graduou-se em história na Universidade de Bolonha, fez seus estudos teológicos na Faculdade Teológica Evangélica do País de Gales e doutorou-se em teologia no King's College de Londres. Frequentou o curso de aperfeiçoamento em bioética na Universidade de Pádua. Foi pastor de uma igreja evangélica em Ferrara (1997-2009) e, desde então, pastoreia a igreja reformada batista *Breccia di Roma*. É professor de teologia histórica no IFED de Pádua (1997-), editor-chefe da revista *Studi di teologia* (2003-) e diretor do Centro de estudos de ética e bioética do IFED, bem como da *Reformanda Initiative*. Entre os seus livros, estão *Evangelical Theological Perspectives on Post-Vatican II Roman Catholicism* (2003), *Il papato* (2015), *Quale unità? L'ecumenismo in discussione* (2016), *Maria. Una guida evangelica* (2017). Com Pietro Bolognesi e Andrea Ferrari, editou o *Dizionario di teologia evangelica* (2007, reimpr. 2013). Mora em Roma com a sua esposa e dois filhos.